



## GOVERNO LULA

# Pela defesa radical dos direitos da mulher

Cida Gonçalves assume o comando do ministério voltado para elas e anuncia mudanças na estrutura da pasta, com novas secretarias

» TAINÁ ANDRADE

A especialista em gênero e violência contra mulher Cida Gonçalves assumiu ontem o comando do Ministério das Mulheres. Em suas primeiras declarações como chefe da pasta, ela enfatizou que o órgão será “de todas as mulheres”, independentemente de terem votado ou não no governo Lula. No pronunciamento, outro destaque foi para a afirmativa de que irá trabalhar na “defesa radical da garantia dos direitos” da população feminina.

“Antes de mais nada é importante pontuar: este será o Ministério de todas as mulheres. As que votaram e as que não votaram conosco. E das diversas mulheres que compõem a nossa sociedade. Negras, brancas, indígenas, LGBTQIA+, as do campo, da cidade e das águas. Será um Ministério de todas, e com um norte muito definido. Faremos a defesa radical da garantia dos direitos das mulheres”, afirmou a ministra.

A ministra também destacou a importância de ter uma pasta dedicada exclusivamente para as mulheres com status de ministério. Ela criticou a gestão de Damara Alves (Republicanos, agora senadora pelo Distrito Federal. Segundo a especialista, as decisões tomadas no poder de Jair Bolsonaro são parte de “projeto político de invisibilização e sujeição da mulher”.

“No governo anterior, passou a ser chamada de Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Foi uma usurpação, pois não cuidou das mulheres, das famílias e nem dos direitos humanos. Muito pelo contrário. A destruição dos direitos das mulheres no último governo não foi um acaso, mas um projeto. Um projeto político de invisibilização e sujeição da mulher”, disse.

“Tal projeto, iniciado no terreno do simbólico, desmontou as políticas públicas, praticamente extinguiu orçamentos, atuou na desestruturação institucional, liquidou com direitos e, por fim, retirou até a vida de milhares de brasileiras”, criticou Gonçalves.

### Nome bem recebido

Cida Gonçalves ocupou o cargo de secretária nacional de enfrentamento à violência contra

as mulheres nas gestões petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Ela também atuou na equipe de transição do governo após as eleições. Atualmente, a ministra trabalha como consultora em políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica e dá workshops a prefeituras e governos estaduais no setor.

O nome dela foi bem recebido pelas entidades ligadas ao combate à violência e ao direito da mulher. Durante pronunciamento, uma plateia de representantes mulheres de diversos movimentos sociais entoou o coro de “me representa”. No palco, estavam seis das onze ministras indicadas por Lula: Marina Silva (Meio Ambiente); Margareth Menezes (Cultura); Sonia Guajajara (Povos Indígenas), Daniela Carneiro (Turismo), Anielle Franco (Igualdade Racial), Esther Dweck (Gestão).

Também estiveram na solenidade a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), deputadas federais e a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann. Cida Gonçalves citou os altos índices de feminicídio registrados nos últimos anos no país e prometeu combater a violência. As ministras que chefiaram a pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro não compareceram.

### Nova estrutura

A pasta passará por mudanças estruturais para a execução das ações. A ministra Cida Gonçalves anunciou o nome de Maria Helena Guarezil como nova secretária-executiva do órgão. Também foram criadas três novas repartições: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência, Secretaria Nacional de Autonomia e Cuidados e Secretaria de Articulação Institucional e Participação Política (veja arte).

Para a defesa da garantia dos direitos das mulheres, os eixos principais de trabalho serão sobre profissionalização e mercado, atendimento em situação de violência e equidade salarial. A ministra disse que haverá a reconstrução do programa Mulher Viver Sem Violência, além da retomada da Casa da Mulher Brasileira, que acolhe vítimas de agressão e violência sexual, e a melhoria do Disque 180.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Cida Gonçalves destacou a importância de ter uma pasta com status de ministério dedicado às mulheres

### Empoderadas

Saiba quais são os principais pontos destacados pela ministra Cida Gonçalves na cerimônia de posse.



■ Defesa da garantia dos direitos das mulheres por meio de políticas públicas, como a reconstrução do programa **Mulher Viver Sem Violência**.

■ Continuidade dos programas prioritários da pasta, como o **Disque 180**.

■ Retomada dos trabalhos da **Casa da Mulher Brasileira**. A iniciativa tem como objetivo acolher mulheres vítimas de agressão e violência sexual e prestar diversos atendimentos.

■ Desenvolvimento de iniciativas para melhor inserir a mulher no mercado de trabalho.

**Os objetivos são:**

**a)** Cuidar para diminuição da sobrecarga de tarefas domésticas e ampliação de serviços públicos para apoio

**b)** Avançar na igualdade salarial

**c)** Combater o assédio moral

■ Reconstrução das articulações internas e externas nos organismos para políticas para as mulheres. A ideia é ampliar a capilaridade e transversalidade em todo o governo.

## Carta de Janja

A primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, a Janja, não compareceu à cerimônia de posse de Cida Gonçalves no Ministério da Mulher, pois ela acompanhava o presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, no velório do Pelé, em Santos (SP).

Janja, entretanto, enviou uma carta. O texto foi lido durante a solenidade. A primeira-dama classifica Cida Gonçalves como uma “capitã” que trabalhará para “virarmos o jogo contra o machismo e a misoginia”.

A primeira-dama exaltou a experiência e capacidade da ministra na defesa do direito das mulheres — Cida Gonçalves é especialista em gênero e violência contra mulher. Janja enfatizou, ainda, que o ministério servirá para se debruçar sobre as políticas voltadas para o gênero feminino.

“Poderemos contar com a sua experiência, sensibilidade e capacidade para realizar este trabalho fundamental da defesa dos nossos direitos e proteção das nossas vidas tão ameaçadas nos últimos anos”, frisou. Além disso, a esposa do presidente da República ressaltou que, com a decisão de retomar o ministério, o governo firmou mais uma vez que “reconhece as nossas forças e nossas capacidades de construir o Brasil da igualdade”. afirmou, ainda, que todas as mulheres serão incluídas nas políticas desenvolvidas na pasta e que agora há um “time completo”, referindo-se às 11 ministras indicadas por Lula e as duas presidentes dos principais bancos do país.

“Estarei ao seu lado para contribuir na tarefa de colocar a causa das mulheres como elementos transversais das políticas públicas. Temos um time completo em campo e com o reforço de duas mulheres na direção do Banco do Brasil e Caixa Econômica”, contou Janja. (TA)

## MP sobre a ANA movimentará setor do saneamento básico

» MICHELLE PORTELA

Central na gestão de recursos hídricos do país e para conduzir o Marco Legal do Saneamento, a Agência Nacional de Águas (ANA) será transferida do Ministério de Desenvolvimento Regional para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima, de acordo com a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior. Contudo, o governo deverá retirar o trecho da medida provisória que diz que cabe à agência instituir “normas de referência” para a regulação do setor de saneamento.

“Vamos fazer uma discussão sobre o marco de saneamento com o setor privado, com as empresas estaduais de saneamento, com todo o setor, para verificar quais os ajustes que o modelo precisa”, disse a

secretária-executiva em entrevista à GloboNews.

Também em entrevista ao canal de notícias, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, explicou que houve uma confusão em relação às publicações. De acordo com o secretário, o governo deverá corrigir o erro que consta na redação da Medida Provisória 1.154, publicada em 2 de janeiro, alterando o artigo 3 da Lei que criou a ANA, a mesma que garantia a sua vinculação ao MDR.

### Confusão

O problema é que a medida também removeu do artigo 3 o trecho que dizia que cabe à agência instituir “normas de referência” para a regulação do setor de saneamento. Como a mesma

redação consta na lei que criou o marco legal do setor, houve uma dúvida sobre a finalidade da ANA a partir de então, caso o texto fosse mantido.

Contribuiu para a confusão o fato de que o governo publicou um decreto, também na segunda-feira, criando a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, vinculada ao Ministério das Cidades, sob a especulação de que o setor seria responsável por instituir as normas do setor de saneamento.

Por isso, diante da reação negativa, o governo precisou reverter a situação. “Foi um equívoco o que saiu no *Diário Oficial* e que se deve voltar atrás. Recebi essa informação de integrantes da Casa Civil informando que vai ser corrigido o que saiu”, disse Galípolo.

Belchior também fez declarações contundentes sobre o tema. “O certo era ter mantido na ANA (como reguladora do tema), porque nós vamos fazer uma discussão sobre o marco do saneamento com o setor privado, com as empresas estaduais de saneamento e com todo o setor para verificar que ajustes o modelo precisa”, destacou.

O tema do saneamento é um dos mais delicados para o atual governo, uma vez que Brasil está a uma década do prazo para o cumprimento das metas estabelecidas pelo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei Federal 14.026/2020). Pela norma, até 2033, o país deve garantir que 99% da população tenha acesso ao abastecimento de água potável e que 90% da população deve ser assistida com serviços de

coleta e tratamento de esgoto. Assim, revogar ou não o documento passou a ser motivo de disputa no contexto do atual governo.

O assunto voltou à pauta do dia com a sinalização do novo governo em revisar o documento, com principal atenção às concessões e privatizações, enquanto entidades já se mobilizam para defender as parcerias público-privadas.

Há um temor de que a participação da iniciativa privada em projetos do setor seja vetada, o que dificulta a captação de quase R\$ 1 trilhão para a universalização dos serviços. Atualmente, em termos de operações, o setor enfrenta dificuldades. De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), há 388 obras de saneamento paralisadas no país.



**O certo era ter mantido na ANA (como reguladora do tema), porque nós vamos fazer uma discussão sobre o marco do saneamento com o setor privado, com as empresas estaduais de saneamento e com todo o setor”**

**Miriam Belchior,**  
secretária-executiva da Casa Civil